

O BRASIL DE SÍLVIO ROMERO: UMA LEITURA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX

ALBERTO LUIZ SCHNEIDER*

RESUMO

Este artigo pretende explorar a maneira como Sílvio Romero – um dos importantes intelectuais brasileiros do final do século XIX – interpretou a população brasileira e o próprio país. O autor construiu uma teoria do Brasil, ou um sistema interpretativo, onde buscou equilibrar, por um lado, a defesa da modernização e da ocidentalização do país, e por outro, assumiu um notável traço nacionalista, a ponto de defender a mestiçagem herdada por período colonial, apensar de suas convicções científico-racialistas. Sob esses dois horizontes políticos aparentemente contraditórios, a ocidentalização e o nacionalismo, o autor leu questões como a presença negra no Brasil, a mestiçagem e a imigração europeia.

PALAVRAS-CHAVE: Sílvio Romero; imigração europeia; mestiçagem.

ABSTRACT

With this article I intend to explore the way in which Sílvio Romero – one of the most important Brazilian intellectuals of the end of the century – approached and thereby interpreted Brazilian population and the country itself. The author build a theory of Brazil, or a system of interpretation, where he sought to balance, on the one hand the defense of modernization and the westernization of the country, and on the other hand to assume a visible nationalistic approach to the point of defending the miscegenation inherited by the colonial period despite his scientific and racial convictions. Under such apparently contradictory political horizons – westernization and nationalism – the author's approach deals with questions such as the presence of African descendents, miscegenation and European migration in Brazil.

KEYWORDS: Sílvio Romero; European migration; Miscegenation.

O TEMPO

Entre 1870 e os primeiros anos do século XX o Brasil passou por um período de intensas transformações políticas, econômicas e sociais. Nem mesmo a Independência, em 1822, havia acarretado em transformações tão significativas, na medida que o Brasil independente manteve a ordem política, social e econômica assentada sobre a Monarquia, no latifúndio açucareiro e a escravidão. No entanto, a partir de 1870 as transformações foram muito mais intensas. A Monarquia e a escravidão foram abertamente contestadas, sobretudo por jornalistas, intelectuais, escritores, médicos, advogados, muitos deles filhos de ricos fazendeiros educados na Europa, e mais sensíveis às demandas da incipiente classe média urbana, que timidamente começava a despontar, numa sociedade mais marcadamente rural. Na segunda metade do século XIX o açúcar produzido às margens do Atlântico no Nordeste do Brasil perdia importância relativa em comparação ao café cultivado nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, acarretando na concentração do poder político e econômico na região. O Rio, além de capital administrativa e maior cidade do país, havia se consolidado como o grande centro cultural, político e econômico do país, para onde afluíam cabeças letradas oriundas das províncias, contribuindo para formação de um terreno fértil às novas ideias políticas.¹ A Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 impuseram mudanças à vida econômica e social do país. O país passava por um rápido processo de modernização material e ideológica, embora a elite brasileira tenha mantido intacto o controle do poder. Cada vez mais, certos estratos das classes altas buscavam inspiração nos valores e nos modos de vida da Europa da época, não por acaso, nesse período foram implementadas políticas destinadas a atrair imigrantes europeus.

Se por um lado estas transformações suscitaram esperanças, por outro o país viveu um período de dúvidas e pessimismo. Os intelectuais – em geral abolicionistas e republicanos² – foram fortemente influenciados por um conjunto de novas ideias, extremamente críticas ao passado brasileiro, desde a literatura romântica, até experiência colonial, passando por profundas dúvidas

(e terríveis certezas) quanto à qualidade da população que compunham o imenso país tropical. Essa geração pós-romântica exibiu um notável talhe universalista,³ interessada em operar uma atualização histórica da sociedade brasileira, em sentido pronunciadamente ocidentalizante, o que significou uma notável adesão aos signos da modernidade, característica da Segunda Revolução Industrial,⁴ com destaque à ciência, admitida como o principal nexó explicativo da “realidade”. A geração modernista de 1870, segundo a expressão de Antônio Cândido,⁵ dialogou e deixou-se impactar pela vida intelectual europeia da segunda metade do século XIX, marcada por um momento decididamente antiespiritualista e antimetafísico. Nesse período, as influências do positivismo de Comte (1798-1857), do evolucionismo de Spencer (1820-1903), e do monismo de Haeckel (1834-1919) acionaram um avassalador determinismo, caracterizado pela adoção dos princípios constitutivos das ciências naturais, do saber empírico e da mentalidade experimental.⁶ Os jovens intelectuais brasileiros do período leram avidamente esses autores europeus, cujas ideias chegaram ao Brasil justamente quando a escravidão se esgotara, o que paradoxalmente, serviu para dar status científico ao racismo e embaçar as aspirações de cidadania dos ex-escravos.

Um dos temas obsessivamente abordados entre os intelectuais estava a questão da “raça”. Foi apenas no século XIX, sob a égide da ciência, que esta noção recebeu critérios biológicos e morfológicos. Já não seriam mais os fenômenos de ordem religiosa, lingüística, jurídica ou cultural que definiriam a “raça”, mas a crença de que todos esses aspectos possuiriam uma determinação física.⁷ A sedução de grande parte dos intelectuais brasileiros pelo universalismo cientificista e freqüentemente racista levou-os a desconfiarem do destino de um país como Brasil, onde uma parcela considerável da população era negra, indígena ou mestiça. A mestiçagem, freqüente desde o início da colonização portuguesa, foi duramente criticada pelos intelectuais europeus.⁸ A aceitação dessa ciência, baseada na suposta superioridade da “raça branca” representou um problema, que não raro, embargava a confiança dos intelectuais brasileiros no futuro do país.

O final do século XIX, em todo mundo Ocidental, foi um período de intensa sensibilidade nacionalista, em que os debates intelectuais sobre as

supostas qualidades intrínsecas das “raças” humanas estavam na ordem dia, com evidentes implicações políticas e geopolíticas, entre elas o imperialismo das potências europeias, particularmente a Inglaterra, a França e principalmente a Alemanha, recém alçada a condição de potência de primeira grandeza. No Brasil, como não poderia deixar de ser, os termos “raça”, “povo” e “nação” compunham um vocabulário quase inescapável às discussões políticas do período. Muitos intelectuais perguntavam-se como o Brasil poderia alcançar o progresso e a civilização com a população que o país dispunha. Obviamente as respostas foram variadas, mas de um modo ou de outro, era quase impossível não discutir a presença negra, a mestiçagem e a imigração europeia.⁹

Entre as conseqüências políticas desse universo cultural podemos citar a imigração europeia que, a partir de 1880 - com o esgotamento da escravidão, a aceleração da cafeicultura e o início ainda incipiente da industrialização e da urbanização do país – passou por um notável incremento.¹⁰ Nesse período, vários estudiosos e ensaístas apostaram no branqueamento da população brasileira, não apenas do ponto de vista estritamente étnico, mas também culturalmente, através da ocidentalização do modo de vida e da organização social e econômica. Nas páginas que seguem, se buscará apresentar a maneira como Sílvio Romero se posicionou frente a esse debate, particularmente no que diz respeito à população, ou ao “povo brasileiro”, de acordo com sua retórica, um tema que estava no epicentro do debate intelectual e político da época.

O AUTOR

Sílvio Romero (1851-1914) escreveu uma obra complexa, contraditória e profundamente interessada em compreender o Brasil, oscilando entre moderado otimismo e pessimismo. O autor foi um dos principais intelectuais brasileiros de seu tempo, membro fundador – com Machado de Assis entre outros – da Academia Brasileira de Letras (1897), tendo sido professor de Filosofia do prestigioso Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e autor da *História da literatura brasileira* (1888) até hoje considerada a sua obra mais importante. No livro, mais do que contar a história da literatura brasileira, o autor pretendeu narrar o Brasil. O cientificismo, que tanto caracterizou a sua geração, não

comprometeu a criação de um painel interpretativo da sociedade brasileira francamente inspirado nos ideais nacionalistas, assumidas já nas primeiras páginas do livro:

Se me faltou o talento, resta-me, em todo o caso, a face moral da empresa; a verdade e o patriotismo foram meus guias [...]. Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho de minha vida! Sejam eles a triplíce empresa do futuro. Tenhamos confiança.¹¹

O livro é um tratado destinado a fazer saltar de suas páginas um país, inclusive de sua literatura. Entre as mais importantes obras sociológicas escritas no final do século XIX, a *História da literatura brasileira* foi o primeiro esforço sistemático e abrangente de historiar a literatura do país e vê-la como fruto da sociedade que a produziu. Alguns dos mais importantes leitores da obra romeriana – destacadamente Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, José Guilherme Merquior e Roberto Ventura – coincidem na avaliação de que sua obra é, antes de outra coisa, um tratado sobre a cultura e a sociedade brasileira. Sua grande obsessão foi explicar o país, mais do que sua literatura propriamente. A empatia romeriana de fato não recaía sobre a literatura em seus aspectos emaranhados sutis, era uma hermenêutica do Brasil o que lhe mobilizava verdadeiramente, como observou José Guilherme Merquior:

Os juízos estéticos de Sílvio Romero são às vezes claudicantes, às vezes insustentáveis (por exemplo o endeusamento de Tobias – dado por superior à Castro Alves... – a subestimação parcialíssima de Machado de Assis); contudo, o estilo ágil e combativo facilita a leitura, e o patriotismo sem ufanismo faz desse colosso historiográfico, ao qual se deve a fixação definitiva (em termos globais) do nosso corpus literário, um depoimento fundamental sobre o itinerário da cultura brasileira.¹²

Sérgio Buarque de Holanda parece confirmar a noção de que a riqueza e a miséria do crítico residiam em sua perspectiva sociológica. Ali estaria a gula interpretativa e a entrega militante que o impulsionaram a escrever a *História da literatura brasileira*, na qual desenvolveu um “programa ambicioso”, empenhado numa leitura externa dos textos da tradição literária do país (além da tradição popular), a fim de captar a “generalidade” do Brasil:

Inscrevendo a atitude literária e intelectual numa portentosa construção, que tinha por ápice a sociologia, ele desdenhou constantemente a atitude daqueles que, como José Veríssimo, por exemplo, se teriam preocupado em “obedecer, no estudo dos autores, ao critério puramente estético”. Para ele, as criações da inteligência e da imaginação eram partes integrantes de um todo, e nada representavam quando destacadas dele. Por isso mesmo convinha considerar, nestas criações, e principalmente através delas, o meio, as raças, o folclore, as tradições do país. E foi esse, em suma, o programa ambicioso que ele traçou para a elaboração de sua obra mestra.¹³

Como crítico literário sempre foi limitado, avesso às considerações estéticas, restringindo-se aos aspectos documentais da literatura, vendo-a como uma via acesso a sociedade e sobretudo a nacionalidade.¹⁴ Tornou-se celebre por considerar Tobias Barreto superior a Machado de Assis. Mas também aqui os aspectos extra-literários se impuseram. Para criticar o cosmopolitismo “falso da Rua do Ouvidor”, Romero optou atacar Machado Assis. Mesmo vivendo no Rio e ocupando espaços culturais importantes, Romero jamais se sentiu a vontade na capital do país, apresentando-se como “homem do Norte”.¹⁵

A obra de Sílvio Romero é atravessada por uma feroz disposição interpretativa, da qual surge uma experimentação hermenêutica que buscou aludir ao passado, explicar o presente e propor um norte ao futuro, tão gosto do espírito positivista da época.. Um futuro que talvez inspirasse desconfiança, a ponto de o autor pedir aos seus leitores que “tenham confiança”. Das obras do autor, particularmente a *História da literatura brasileira*, emerge uma imagem do Brasil, inevitavelmente generalizante, ora dispersiva e contraditória, ora sutil e profunda.

EM BUSCA DOS BRASILEIROS – A MISTIÇAGEM

Sílvio Romero se dispôs a pensar sistematicamente o país, de maneira que acabou por construir uma teoria do Brasil, em outras palavras, um conjunto articulado de ideias, muitas vezes de modo ambíguo e tenso, no qual se pode notar um tom autoral e militante, mas cujos traços distintivos são o tom nacionalista e modernizador, temperado a uma retórica cientificista, à época um código de prestígio e atualidade intelectual. Embora se considerasse um “liberal

spenceriano” são vivas as heranças de um pensamento romântico nacionalista.¹⁶ Como se sabe, as nações são formações históricas que marcaram profundamente a vida e a cultura ao longo de todo o século XIX. A busca por uma história, uma literatura e mesmo uma língua nacional foi uma constante no pensamento ocidental de então. A obra de Sílvio Romero é permeada por alguns dos mais fundos ideais oitocentistas. Para o autor, não se poderia compreender a literatura sem antes se compreender o país, motivo pelo qual a *História da literatura brasileira* gasta páginas e páginas sobre formação populacional brasileira ao longo da história do país. Fundamentado nessa premissa, Romero destinou aos aspectos extra-literários todo o primeiro dos quatro livros que originalmente compunham a obra, escrevendo sobre a colonização portuguesa, o meio físico, as três raças e a mestiçagem, fator que conferiu particular relevo.

A aceitação da mestiçagem como um traço essencial na formação da nacionalidade brasileira é um dos mais caros horizontes de sua obra, o que estava absolutamente distante de ser consensualmente aceito, ao contrário, era fonte de desconfiança e mal estar. Embora a mestiçagem estivesse sob severa censura dos intelectuais europeus, os mesmos que o autor freqüentemente citava. No entanto, o autor acreditou na desigualdade natural das raças, onde caberia aos brancos o topo da hierarquia humana, postura que, esta sim, estava em perfeita sintonia com alguns dos prestigiosos intelectuais europeus da época. A tese acerca da superioridade homem branco foi amplamente aceita não apenas pela maioria dos intelectuais brasileiros, mas por quase todo o pensamento ocidental. Razão pela qual Antonio Candido considera o racismo romeriano de natureza “*antropológica, geral em sua época, partilhado pela grande maioria dos pensadores progressistas*”.¹⁷ Apesar das hesitações e contradições, Sílvio Romero afirmou com todas as letras: “*Todo o brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias*”.¹⁸ Se observarmos o contexto da época, o clima de opinião então reinante e as próprias convicções de seu autor, essa frase contém alguma rebeldia interpretativa e fundo significado em sua obra.

A condição mestiça de grande parte da população brasileira simplesmente lhe pareceu uma realidade inescapável e um destino inexorável que a “história nos criou”. Sílvio Romero desautorizava qualquer leitura da

realidade brasileira que negasse a importância capital da mestiçagem na formação histórica e cultural do país. A aceitação das teorias da desigualdade das raças não o levou à percepção da miscigenação como degenerativa, interpretação comum à época, como a do Conde Gobineau,¹⁹ que gozava de respeitabilidade entre os intelectuais brasileiros, inclusive pelo próprio Romero. Aqui se percebe com toda a intensidade a tensão de sua obra, pois, de um lado está a autoridade da ciência, que condena a mestiçagem, e de outro, a militância nacionalista empenhada em aceitar a mestiçagem como uma realidade histórica do país. Romero jamais pôde fugir do impasse, por mais que atenuasse os determinismos e conferisse importância à cultura e à história. No entanto, em 1904, em resposta a Teófilo Braga, o autor que negara a importância da mestiçagem na cultura brasileira, Sílvio Romero deixou transparecer a sua consciência dilacerada, dividida entre a autoridade da ciência europeia que desqualificava a mestiçagem e a observação da experiência histórica brasileira, na qual a mestiçagem ocupava um lugar importante:

Nós aqui aceitamos as condições e não fugimos as responsabilidades que a história nos criou. Podemos, no estudo imparcial, objetivo, que fazemos de nossas origens e procedências, em respeito à verdade científica, mostrar, confessar, aqui ou ali, alguma fraqueza, alguma falta de profundidade e originalidade; nem renegamos nossos pais, índios, africanos ou europeus, nem caímos mais na tolice, no preconceito, de pretender ocultar o enorme mestiçamento aqui operado em quatro séculos. Só um fanático arianizante é que pode ainda ter a leviandade ou a cegueira de reduzir, no século XX, os mestiços apenas a camadas sem ação direta na cultura e na sociedade do Brasil!²⁰

Convém notarmos a sutileza da equação romeriana. Se por um lado o autor aceitou a tese difundida pelo Conde de Gobineau - segundo a qual a raça branca na América Latina havia se mestiçado com negros e índios -, por outro, não considerou essa mistura degenerativa. Ao contrário, a miscigenação teria contribuído para civilizar as “raças inferiores”. Se em Gobineau esse processo teria implicado na degradação da raça e da civilização branca, em Romero a mestiçagem serviu como um instrumento civilizatório.

Apesar de usar fartamente a palavra “raça”, com toda a carga darwinista, Romero estava disposto a encontrar o “povo”, com toda a simbologia romântica e nacionalista. E qualquer tentativa de imaginar um “povo brasileiro”

implicaria abarcar vastos contingentes não brancos. Coerente com uma postura de um intelectual nacionalista do século XIX, o autor enxergou na cultura popular uma espécie de depósito da essência nacional, levando-o a pesquisar o “folk lore”, segundo denominava. *Cantos populares no Brasil* (1882), *Contos populares no Brasil* (1885) e *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1888), estão entre os primeiros esforços sistemáticos em coletar e organizar os elementos das tradições populares brasileiras.²¹ Nestes livros, sobretudo no primeiro, já aparece a tese segundo a qual as três raças e a miscigenação seriam o fundamento da formação histórica do Brasil. Seguindo a tradição romântica europeia, o autor viu nas tradições populares as marcas da “essência nacional”. Enquanto os irmãos Grimm viam a pureza nacional nos camponeses, Romero via autenticidade na mestiçagem cultural que remontaria aos primórdios do país.

As tradições populares não se demarcam pelo calendário das folhinhas; a história não sabe o dia do seu nascimento, sabe apenas das épocas de seu desenvolvimento. O que se pode assegurar é que, no primeiro século da colonização, portugueses, índios e negros, acharam-se em frente uns dos outros, e diante da natureza esplêndida, em luta, tendo o arco, a flecha e a enxada, e por lenitivo as saudades da terra natal. O português lutava, vencendo e escravizava... Todos deviam cantar, porque todos tinham saudades; o português de seus lares d'além mar, o índio de suas selvas, que ia perdendo, e o negro de suas palhoças, que nunca mais ia de ver.²²

De certo modo Sílvio Romero cumpriu o programa historiográfico proposto por Karl Friedrich von Martius, em *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, texto premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1843. No texto, elevado a condição de paradigma historiográfico do Império do Brasil, Martius lançou os fundamentos da teoria da miscigenação, apresentando-a como um traço fundador da história e da sociedade brasileiras. A singularidade brasileira, ou a missão específica que caberia ao Brasil no mundo, que a “historiografia pragmática e filosófica” deveria contemplar, seria a “mescla das três raças”. Para Martius, a “mescla das raças” seria o *modus operandi* pelo qual o conquistador português exercia a influência “essencial”, garantindo a vitória da civilização, prendendo a população do Brasil ao crisol dos povos cristãos, brancos e civilizados. A mescla entre as três raças cumpriria o dever histórico do Brasil, transformando-o numa nação singular e ocidental:

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, como em outros países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio dela se vivificam e se fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.²³

Na obra Sílvio Romero, composta por dezenas de livros, a tese da miscigenação entre as três raças não é apenas uma ideia, mas é parte de sistema interpretativo mais amplo. Romero chegou a censurar a obra de Machado de Assis por não ter conferido maior importância ao tema,²⁴ assim como criticou o comportamento das colônias alemãs no Sul do Brasil, por terem um comportamento arreado a miscigenação. Em outras palavras, a mestiçagem está no centro de sua teoria do Brasil, com a qual o autor interpretou temas tão díspares quanto a literatura de Machado de Assis e a imigração alemã.

No final do século XIX, quando enfim a escravidão se esgotava, qualquer vislumbre de nação minimamente conseqüente deveria encontrar "*um lugar para os africanos em nossa história*". Sílvio Romero considerou-os mais importantes do que os índios na formação histórica do país, postura incomum, dado ao constrangimento que a presença negra causavam nos círculos intelectuais da época. Desde a Independência havia certas vozes – como os escritores românticos, a exemplo de José de Alencar – empenhados em incluir os índios na genealogia da nação, mesmo que simbolicamente. No entanto, aceitar influência africana na formação da nacionalidade, tal como Romero fez, não deixa de ser surpreendente, sobretudo se considerarmos intensa negrofobia de época, agravada pelo recente desembarque das teorias científico-racistas vindas da Europa.

A falta de documentos não quer dizer que o negro não tenha influído intelectualmente no Brasil; por uma indução geral e bem firmada devo concluir no sentido afirmativo. A pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo, bem como seu trabalho físico. Ainda mesmo em fatos altamente épicos, em fenômenos extraordinários, como o do Estado de Palmares, a história é

anônima. [...]. É de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história.²⁵

Apesar de conferir certa importância aos negros na formação do Brasil, eles ocupariam um lugar subordinado e destinado a desaparecer através da mestiçagem generalizada, ainda que pudesse deixar alguma influência, mas nunca a ponto de perturbar um destino moderno e Ocidental. Em sua teoria do Brasil, Romero se esforçou em pensar o país em concordância com dois pilares fundamentais: a realização do progresso e a constituição de uma nacionalidade singular, embora circunscrita aos paradigmas de ocidentais de civilidade. A mestiçagem teria contribuído para o progresso, na medida em que possibilitou a “integração” dos “povos atrasados” à civilização, tornando as populações mestiças do Brasil, embora “atrasadas”, já inseridas à temporalidade ocidental. O fenômeno da mestiçagem teria servido também à nacionalidade, na medida que teria contribuído e contribuiria ainda mais no futuro, para soldar as partes, conectando os descendentes dos colonizadores e dos colonizados, possibilitando a criação de uma nação integrada e singular. A miscigenação não deveria ser objeto de inibição e dúvidas, ao contrário, deveria se generalizar, incluindo os imigrantes que afluíam aos portos brasileiros, a fim de embranquecer etnicamente e culturalmente o país. A mestiçagem entre as três raças foi lida como uma imposição histórica, geradora de uma vasta gama de mestiços de todos os tons, sobre os quais não caberiam lamentos, ainda que não a considerasse um fato universalmente positivo, mas em função da experiência histórica brasileira, a mestiçagem teria exercido um papel fundamental.

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional. Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos, pois a forma branca prevalece e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa nosso futuro.²⁶

A afirmação de que não “*constituiremos uma nação de mulatos*” evidencia o quanto a mestiçagem lhe pareceu uma maneira de tornar índios e negros em outra coisa menos “bárbara”, isto é, mais civilizados, leia-se ocidentalizados. O

sentido integrador contido no pensamento de Sílvio Romero, embora soasse como música às sensibilidades mais modernas da elite brasileira, buscava a todo custo evitar ressentimentos entre vencidos e vencedores. Trata-se de uma habilidosa leitura matizada por um ideal nacionalista e ao mesmo tempo evolucionista, em que as tensões herdadas do passado deveriam ser sanadas para que no futuro negros, caboclos, sertanejos, mulatos, filhos de imigrantes e a própria elite tradicional pudessem se sentir pertencentes à mesma esfera histórica, à nação brasileira. Ao afirmar, no momento de otimismo, que “*a forma branca prevalece e prevalecerá*”, o autor parece querer incluir os vencidos na genealogia da nação, como partícipes da formação de um “tipo novo”, um brasileiro embranquecido, mas inexoravelmente mestiço: “*Não deve aí haver vencidos e vencedores; o mestiço congregou as raças e a vitória deve assim ser de todas as três*”.²⁷

Em depoimento ao jornalista e cronista carioca João do Rio, Sílvio Romero lembra dos tempos de infância no interior de Sergipe, de onde teria vindo seu “brasileirismo”, supostamente tão autêntico quanto as criações populares, e não mera curiosidade intelectual: “*O Largato, naquele período, era uma terra onde os festejos populares, reisados, cheganças, bailes pastoris, taieiras, bumbas meu boi... Imperavam ao lado de magníficas festividades da Igreja [...]. Saturei-me desse brasileiro, desse folclorismo nortista*”.²⁸ Se o seu compromisso com a ciência de inspiração darwinista levava-o a desconfiar do futuro de um país onde mais de metade da população era negra, índia ou mestiça, sua sensibilidade nacionalista – a mesmo que o levou a pesquisar o “folk lore” brasileiro –, fazia com que o autor assumisse o que ele definiu com “brasileirismo”. A rigor, Sílvio Romero soube adaptar o paradigma cientificista a sua própria percepção do Brasil, ancorando-se na legitimidade de uma abordagem científica, sem abrir mão de uma formulação que contemplasse seus ideais políticos. Sua teoria do Brasil estava orientada por um senso de nacionalidade que tinha por fundamento acreditar na viabilidade do país, afirmando-o simultaneamente como um país ocidental e mestiço.

Coerente com sua postura nacionalista, ainda criticasse o romantismo brasileiro, o autor valorizou a busca por identidade brasileira, embora desgostasse do indianismo. No entanto, tal ruptura deveria significar um

abandono da herança portuguesa. Tratava-se de “*um lusitanismo que era a garantia da estabilidade e da continuidade da cultura brasileira nas condições que vinha se processando desde os primeiros momentos da colonização: cultura de formação largamente mestiça*”.²⁹

EM BUSCA DOS “BRANCOS” IDEIAIS: A IMIGRAÇÃO EUROPEIA

Sílvio Romero pensou a imigração europeia de um modo profundamente articulado a sua interpretação da sociedade brasileira, onde questões como a identidade nacional, a miscigenação, a língua portuguesa e a modernização aparecem entrelaçadas. Em fins do século XIX e princípio do XX, o autor foi capaz de ouvir os ruídos imperialistas vindos da Europa e sentir o impacto provocado pelo surgimento de uma nova potência, a Alemanha, que se havia se unificado em 1870. O autor também observou que os imigrantes alemães e seus descendentes no Sul do Brasil viviam em colônias pouco articuladas ao conjunto da sociedade brasileira. Fatores que o preocuparam seriamente, a ponto de se tornar um crítico cada vez mais radical da imigração alemã.

O temor do imperialismo das “democracias modernas”³⁰ certamente dificultou a coabitação de uma consciência modernizadora e uma perspectiva nacionalista, o que acarretou na eleição de imigrantes ideais para as circunstâncias específicas do Brasil. Apesar de pedir imigrantes capazes de viabilizar o progresso, Romero não queria que a introdução maciça de estrangeiros perturbasse a singularidade história do Brasil, sobre a qual residiria uma essência mestiça e latina. Em *O Alleanismo no Sul do Brasil*,³¹ publicado originalmente em 1906, Romero elogiou o Japão, referindo-se à capacidade daquele país em modernizar-se, sem ferir suas tradições históricas:

Este admirável povo, sem pedir imigrantes, sem se misturar com estrangeiros, povos de qualidades morais superiores, senhores de uma alta cultura, entendeu de a modernizar no sentido europeu, adotando os proventos materiais da civilização ocidental.³²

O elogio ao Japão, aparentemente despretensioso, carrega sinais importantes de sua interpretação do Brasil. Romero defendia a modernização das relações de trabalho, das instituições, da mentalidade e dos padrões técnicos e estruturais,³³ mas de forma que não significasse uma ruptura definitiva com o

próprio país, sua história e sua essência cultural e lingüística.³⁴ Conciliar a modernização num sentido Ocidental, com a singularidade e a história do país era uma tarefa complexa, sutil e eventualmente contraditória. A sua militância ocidentalizante implicava na defesa do capitalismo liberal e na valorização da ciência, da educação e da imigração europeia, mas sua sensibilidade nacionalista o levava a reivindicar o reconhecimento das tradições culturais brasileiras, que teriam sido capazes de gerar uma nação singular e razoavelmente integrada, apesar atrasada.

Sílvio Romero alimentou um expressivo mal-estar frente a imigração alemã desde a década de 1880, embora se apresentasse como um admirador da cultura e das letras germânicas. No entanto, no princípio do século, a crescente beligerância do Império alemão e a radicalização nacionalista em todo mundo levou-o a defender a imigração portuguesa, por lhe parecer mais adequada ao Brasil:

a conveniência de reforçar no Brasil os elementos que o constituíram historicamente uma nação luso-americana, os elementos que falam a língua portuguesa, ou, ainda e como consequência de tudo isto: de como de todas as novas colonizações que possam vir ao Brasil a mais conveniente é a portuguesa.³⁵

A opção pela imigração portuguesa foi em boa medida condicionada pela sua frustração com o modelo imigratório em curso no Sul do Brasil, com imigrantes “particularistas”, “individualistas”, “arianos”, incapazes de se espalharem pelo país e se integrarem à população brasileira, enriquecendo-a. Exasperava-o a concentração de imigrantes alemães nos três estados meridionais e a resistência daquelas colônias em se integrarem à população brasileira e adotarem a língua portuguesa. Concentrados no Sul, esses ameaçariam a integridade territorial, lingüística, cultural e histórica:

se a nossa é uma nacionalidade luso-americana, e se ela quer continuar a ser o que é para ficar sendo alguma coisa, e não se pode conceber que não o deseje, porque esse monstruoso fato seria o único em toda a vida da humanidade: se não chegamos ainda a um tal grau de loucura que preferamos a nós mesmos os estrangeiros, isto é, os italianos e os alemães, que são os que emigram em massa e para pontos determinados e escolhidos do país; [...] nem o ideal de virmos a constituir um outro Haiti [...]: se tudo isto é a verdade irrefragável, não temos outros recursos

senão apelar para um reforço do elemento português, já que os europeus de outras origens quaisquer não querem cá vir espalhar-se um pouco por toda a parte, e as duas procedências que nos enviam imigrantes, por nefastos erros da mais estúpida das políticas, foram perturbadamente aglomerados nas belas regiões do Sul, e são hoje um perigo permanente para a integridade da pátria.³⁶

O clima de excitação nacionalista fez com que Romero defendesse de maneira mais intensa a herança ibero-lusitana. No entanto, nem por isso o autor deixou de insistir no progresso e na modernização ocidentalizante como horizonte histórico, mesmo quando isso representasse uma crítica às dificuldades dos países ibéricos adotarem “a cultura do progresso”. A tradição luso-brasileira, mesmo que considerada “improgressiva”, deveria ser reforçada, pois representaria a essência profunda do país, e a modernidade deveria ser alcançada de um modo que não viesse a descaracterizar essa dimensão histórica e cultural da nação.

Dos ilustres povos, materialmente ricos, militarmente poderosos, industrialmente avançados, temos sim a aprender muito e não nos peja confessá-lo.

Trabalhem, lutemos para chegar aonde eles chegaram, já que o materialismo da fortuna, do dinheiro, da habilidade industrial, primado sobre a qualidade do caráter, invadiu as sociedades modernas e abastardou todos os surtos do ideal; mas não cheguemos ao aviltamento de deixar de ser nós mesmos, de renegar nossas origens, de apagar nosso passado, de escurecer os altos predicados de nossa raça, de repelir os nossos maiores, última vilania a que pode descer um povo.³⁷

Para não comprometer a sonhada homogeneidade do povo brasileiro, Sílvio Romero lançou mão de uma franca apologia à nacionalização compulsória dos imigrantes “inassimiláveis”, e citou como exemplos os esforços nesse sentido empreendidos pela Rússia e pela Alemanha, países que teriam compreendido a necessidade de se possuir populações exclusivamente nacionais. O desconforto de Romero recaía sobre o ensino das línguas maternas entre os imigrantes alemães e italianos, sobretudo os primeiros. Sugeriu medidas de força para manter a universalidade da língua portuguesa no Brasil.

Todos os dias os jornais nos falam dos ingentes e incessantes esforços da Rússia para apagar o alemão nas suas antigas províncias, da Alemanha

para extirpar o polaco das suas províncias eslavas [...]. Porque compreendeu a necessidade de nacionalizar todas as populações dos respectivos Estados.

Nós no Brasil não: deixamo-nos invadir lentamente e nem ao menos temos coragem de impor o ensino da nossa língua, dentro dos limites de nosso próprio território [...]. Vede bem: não se trata de proibir o uso das duas línguas concorrentes [alemão e italiano]; trata-se apenas de prescrever o ensino da língua de Camões, que já foi noutros tempos a língua exclusiva do país, ao lado das duas intrusas, que já suplantaram em vários sítios e ameaçam fazê-la recuar cada vez mais.³⁸

Observemos que essas considerações sobre a imigração alemã estão em *O elemento português no Brasil*, texto de 1910, o que evidencia implicitamente a comparação entre a imigração portuguesa e a alemã, defendendo a primeira em nome dos interesses nacionais. Sílvio Romero propôs medidas concretas para amenizar o “perigo alemão”,³⁹ tonificando a nacionalidade e viabilizando o progresso. As medidas propostas iam desde a construção de estradas de ferro que interligassem as principais cidades e regiões do país, até medidas políticas, como a ampliação do poder central, em detrimento dos estados federados. Mas chama a atenção sua defesa da imigração portuguesa, como uma estratégia visando “o avigoramento ao tronco tradicional de nosso povo”, o que pareceu uma medida capaz de conjugar a necessidade do progresso e o reforço da nacionalidade, simultaneamente. A dualidade na interpretação da herança ibérica não é estanque nem está dividida na reflexão do autor, mas faz parte de um complexo hermenêutico. Apresentá-la de modo separado é apenas um recurso expositivo para que as ambigüidades se façam compreensíveis. Nesse sentido, o trecho a seguir é esclarecedor.

O meio de conjurar este perigo é mudarmos de rumo em tudo que diz respeito a nossa política, máxime em questões de colonização.

Trabalhem, sejamos calmos e sensatos, instruamo-nos, aparelhem-nos para as lides das indústrias, do comércio, das artes, da Ciência, tenhamos juízo, seriedade, moralidade, apertemos os laços da Federação que se dissolve, tenhamos espírito prático, deixemos a daninha politicagem, tratemos dos magnos interesses do país, percamos o medo da estrangeirada pretenciosa, por um sistema estratégico de viação férrea articulemos todo o corpo do país em ordem a ficarem os núcleos coloniais presos a capital e a todas as nossas maiores cidades, ao lado das colônias alienígenas coloquemos outras rivais, não esquecendo entre elas de colocar e proteger elementos nacionais que andam aí desocupados,

procuremos, finalmente, fortalecer, aumentar, difundir, quanto possível, o elemento português [...].

Nesta inicial exposição quis dar apenas as primeiras pinceladas para esclarecer o espírito nacional e mostrar em que sentido é que falta dar um reforço, um avigoramento ao tronco tradicional de nosso povo, no alto empenho de nos acautelar diante do imperialismo europeu e dos perigos que deixamos levemente medrar em nosso próprio seio [...].

Devemo-nos armar e fortalecer fisicamente para estarmos prestes nas emergências da luta, na ordem intelectual e moral, reforma radical de nossos processos de meio ensino e meia Ciência e fortalecimento completo de nosso caráter mole, fraco, falho dos invencíveis incitamentos de um esclarecido patriotismo.⁴⁰

O cadinho étnico brasileiro, reforçado pelo "*tronco tradicional de nosso povo*" poderia levar adiante o sentido branqueador atribuído à miscigenação. O imbróglgio romeriano está no modo como o autor lia o legado ibérico de nossa formação histórica: os portugueses não seriam capazes de alterar substantivamente o "*caráter mole, fraco, falho*" de nossa "*índole nacional*", mas representavam uma aposta nacionalista na tradição, na manutenção da condição ibero-lusitana e mestiça de nossa formação histórica. Os alemães, ao contrário, representantes do "*principal fator da cultura contemporânea*" e dotados de "*admiráveis qualidades políticas, científicas, artísticas e econômicas*", não estariam dispostos a se integrar no conjunto do "povo brasileiro" e, pior, ameaçariam a unidade cultural e política do país. Diferentemente dos admiráveis e temíveis alemães, a "*italianização de São Paulo*" pareceu aos olhos de Sílvio Romero menos traumática. De acordo com a sua percepção, os imigrantes italianos não representariam tantos perigos por serem católicos, latinos e falarem uma língua mais próxima à portuguesa, sendo por essas razões mais predispostos à miscigenação:

A italianização de São Paulo, sendo um fenômeno menos extravagante, oferece muito menores perigos, por serem gentes latinas, que falam um idioma congênere, aproximado ao português, e destarte, se tornam mais assimiláveis, gentes de mais fraca resistência étnica, atenta a maior propensão que mostram em cruzar com os filhos da terra. O elemento germânico, superiormente dotado sob ponto de vista das qualidades étnicas, é demasiado diferente de seus vizinhos e concorrentes brasileiros que consideram inferiores a si, e a experiência tem provado que não se deixa assimilar e diluir pelas populações pátrias que o circundam.⁴¹

Segundo a sua visão culturalista de nação, a vocação do Brasil seria inexoravelmente latina e mestiça. A ideia de um Brasil como um "*Portugal transfigurado na América*", na frase que Sílvio Romero recolheu em Santa Rita Durão, oferece um sinal de sua compreensão histórica do país, que se tornou mais incisiva em sua última fase. A defesa da unidade cultural do país, da manutenção das tradições luso-brasileiras e do uso universal da língua portuguesa foi um horizonte inegociável de sua obra, afetando a sua compreensão do país, da literatura e até da política imigratória.

E, como uma aspiração nacional, como um ardente desejo, nós devemos também esforçar-nos para que esta língua, grandiloqua e sonora, seja também perpétua, seja eterna em nossas almas, para que nunca mais desapareça das plagas de Guanabara, nem de toda esta imensa e amada terra que vai do Amazonas ao Prata.⁴²

As opções interpretativas que Romero realizou não foram matizadas por aquilo que ele próprio considerava como ideal, em sentido absoluto, mas pelo que considerava como melhor nos limites das condições nacionais e das possibilidades históricas. Defendia a imigração portuguesa não por achá-la universalmente melhor, mas por considerá-la melhor para o Brasil naquele momento histórico. O mesmo ocorria com a miscigenação, pois Romero não acreditava na positividade da mestiçagem em si mesma, mas sim em função das particularidades brasileiras, em que a "mescla" já era uma realidade inexorável e poderia gerar, no futuro, um povo brasileiro mais homogêneo e embranquecido.

A angústia romeriana, dilacerada entre a defesa da nacionalidade e do progresso está profundamente relacionada ao modo como compreendeu a tradição colonial luso-brasileira. Em certo sentido, as heranças coloniais deveriam ser combatidas, para que darem lugar a um novo Brasil, conformado à modernidade Ocidental. Nesse sentido a imigração europeia, alemã em especial, soava bem, não apenas por engrossar o contingente populacional branco, mas por infundir cultura europeia, ética do trabalho, espírito de poupança e acúmulo, "progresso" em enfim. Noutro sentido, a tradição colonial deveria ser preservada, porque ali estaria a originalidade do país, sedimentada historicamente em uma população cuja herança luso-brasileira e mestiça

conferia ao país uma essência singular, adaptada aos trópicos, sobre a qual se assentaria a nacionalidade brasileira. É interessante observar o quanto essa formulação aponta para um caminho que desaguarda no modernismo brasileiro, especialmente em Mário de Andrade e Gilberto Freyre⁴³. Não se trata de uma contradição vil e simplória, mas da coabitação tensa entre dois horizontes discursivos, carregados de significações apenas inteligíveis na historicidade da sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX. Em outras palavras, a sua teoria do Brasil se confrontou com a experiência histórica do país.

NOTAS

* Adalberto Luís Schneider é doutor em História. E-mail: alberto.ls@uol.com.br

¹ Ver: NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

² Entre grandes intelectuais do período, a Abolição era praticamente um consenso, mas não a República. A lista de monarquistas ilustrados é extensa, a começaram por Machado de Assis e o Barão do Rio Branco, mas também Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Eduardo Prado, etc.

³ Ver: MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

⁴ Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁵ Cf. CÂNDIDO, Antonio. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. In: ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro / Aracaju: Imago / Editora da UFS, 2001.

⁶ O credo cientificista foi intenso no pensamento ocidental de então, embora no final do século XIX tenha sido contundente a crítica ao positivismo e ao naturalismo, como atestam o pensamento de Dilthey, Nietzsche e Bergson.

⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993. p. 43-66.

⁸ Arthur Gobineau (1853-1855), um diplomata francês que serviu no Rio de Janeiro, escreveu *Essai sur L'inégalité des races humaines* (1854), onde criticou a mestiçagem entre "raças" diferentes e citou o Brasil como exemplo negativo. Louis Agassiz (1807-1873), um suíço que foi professor da Universidade de Harvard e viajou ao Brasil – cuja viagem gerou a publicação *Journey in Brazil* (1867), também defendeu a noção de pureza da "raça branca", apresentando a mestiçagem brasileira como algo a ser evitado

⁹ Manuel Bomfim - em *América Latina: males de origem*, livro de 1905 - foi um dos poucos intelectuais a descartar a "raça" como um problema, preferindo

questionar o passado colonial ibérico, o desprezo pela educação e a ciência ou a mentalidade elitista e formalista das elites ibero-americanas.

10 Apenas entre 1882 e 1934 registrou-se a chegada de aproximadamente 4,5 milhões de imigrantes, quase todos europeus, principalmente portugueses, italianos, espanhóis e alemães. Uma parte desses imigrantes retornou aos países de origem, ou re-migraram para outros países, no entanto, a maioria permaneceu no Brasil. A partir de 1908 iniciou-se a imigração japonesa estimada em 80.000 pessoas, formando o maior contingente nipônico fora do Japão.

¹¹ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. p. 48.

¹² MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 112.

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sílvio Romero. In: _____. *O espírito e a letra: estudo de crítica literária*, II. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 363.

¹⁴ Sobre a natureza da crítica literária romeriana ver: a) CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Ed. da USP, 1963. b) CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo, Edusp, 1978. c) LIMA, Luis Costa. *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. d) VENTURA, Roberto. *O estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁵ Sílvio Romero vinha de uma família patriciana do interior de Sergipe, mas já economicamente arruinada, restando as letras com dos poucos caminhos a lhe garantir prestígio e reconhecimento. Embora tenha recebido a melhor educação no Brasil de sua época, no Rio de Janeiro e no Recife, não disponha de herança, tendo vivido modestamente do salário de professor, dos recursos obtidos como colaborador na imprensa e dos direitos autorais. Razão pela, provavelmente, jamais se sentiu como membro efetivo da elite urbana do Rio de Janeiro, a quem destinava ácida crítica.

¹⁶ Em *Sílvio Romero hermenêutica do Brasil* (Annablume, 2005) tratei a questão com mais acuidade.

¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. In: ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro / Aracaju: Imago / Editora da UFS, 2001. p. 26.

¹⁸ ROMERO, *História da literatura brasileira*. tomo 1, op. cit., p. 55.

¹⁹ Arthur Gobineau, diplomata francês, serviu no Rio de Janeiro, na década de 1860, e escreveu o livro *Essai sur l'inégalité des races humaines*, que impressionou o público letrado brasileiro. Imbuído de uma visão francamente pessimista acerca da mestiçagem, o autor cita o Brasil como exemplo dos efeitos supostamente degenerativos dos cruzamentos entre diferentes raças humanas.

²⁰ ROMERO, Sílvio. *Passe recibo: réplica a Teófilo Braga*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904. p. 54.

²¹ Ver: MATOS, Cláudia Neiva de. *A poesia popular na República das letras: Sílvio Romero folclorista*. Rio de Janeiro: Funarte/Ed. da UFRJ, 1994.

²² ROMERO, op. cit., p. 31.

²³ Ibidem, p. 391.

²⁴ ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

²⁵ *Idem*. p. 143.

²⁶ *Idem*. p. 132

²⁷ *Idem*. p. 147

²⁸ João do Rio. *O momento literário*. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1908. p. 46

²⁹ RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 206.

³⁰ Ao que parece, Silvio Romero entendia por “democracias modernas” os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, onde o Parlamento e a Constituição organizavam a vida social e econômica.

³¹ ROMERO, Silvio. *O alleanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906. Por facilidade de acesso, versão aqui citada foi publicado em *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Chardon, 1910.

³² ROMERO, Silvio. *O alleanismo no Sul do Brasil*. In *op. cit.*, p. 116-17.

³³ O autor era um entusiasta das estradas de ferro e crítico das reformas urbanas do Rio de Janeiro, que considerava uma afetação de modernidade e não uma maneira real de implantar e difundir a modernização do país.

³⁴ A sensibilidade romântica e nacionalista impunha limites à algumas de suas convicções mais ruidosas, como o cientificismo a própria defesa da modernização ocidentalizante da vida brasileira.

³⁵ *Idem*, p. 165.

³⁶ *Idem*, p. 175.

³⁷ *Idem*, p. 166.

³⁸ *Idem*, p. 187.

³⁹ Silvio Romero foi, provavelmente o mais importante intelectual a se ocupar da tese do “perigo alemão”. Sobre isso ver: a) GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. b) SEYFERTH, Giralda. A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise de dois discurso étnicos irreduzíveis. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.10, n. 18/19, 1989. c) MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *Pangermanismo e Nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

⁴⁰ *Idem*, p. 191-2.

⁴¹ *Idem*, p. 190.

⁴² *Idem*, p. 194.

⁴³ Aprofundo a questão em SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Silvio Romero Hemeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.